

Acesso aberto**Editor**

Nivaldo Calixto Ribeiro
Universidade Federal de Lavras,
Lavras, Minas Gerais, Brasil.

Elisio Custodio Brentan Junior,
Universidade Estadual do Norte do Paraná,
Bandeirantes, Paraná, Brasil.

Pareceristas

Parecerista A com identidade preservada.
Concordou em abrir o parecer.

Parecerista B com identidade preservada.
Não concordou em abrir o parecer.

***Correspondência**

Marcia Carvalho Rodrigues
marciarodriguesfurg@gmail.com

Histórico

Recebido em: 25 de fevereiro de 2026.

Primeira revisão: 25 de abril de 2026.

Segunda revisão: 7 de maio de 2026.

Aceito em: 7 de maio de 2026.

Publicado em: 21 de maio de 2026.

Como referenciar

RODRIGUES, Marcia Carvalho; VIAN, Alissa Esperon. Descrição de marcas de proveniência nos registros bibliográficos. *Ciência da Informação Express*, Lavras, MG, v. 7, 2026.. DOI: <https://doi.org/10.60144/v7i.2026.186>

Direitos autorais e licença pública

© 2026 Rodrigues, Marcia Carvalho; Vian, Alissa Esperon. Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença **Creative Commons Atribuição (CC BY)**. Você pode copiar, distribuir, remixar, transformar e criar a partir deste material, para qualquer finalidade, inclusive comercial, desde que seja atribuída a autoria, indicada a fonte e informadas eventuais alterações, sem sugerir endosso dos autores.

Descrição de marcas de proveniência nos registros bibliográficos

Description of provenance marks in bibliographic records

Marcia Carvalho Rodrigues*

Universidade Federal
do Rio Grande,
Rio Grande, RS, Brasil.
<http://orcid.org/0000-0001-9132-0795>.

Alissa Esperon Vian

Universidade Federal
do Rio Grande,
Rio Grande, RS, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0001-6095-2896>.

Resumo

Objetivo: aplicar a metodologia da associação francesa BiblioPat para padronizar e sistematizar a descrição de marcas de proveniência em registros bibliográficos de livros raros, visando suprir a lacuna normativa da área e valorizar o patrimônio bibliográfico. **Método:** pesquisa aplicada fundamentada em revisão documental e bibliográfica. Para a aplicação prática da metodologia de BiblioPat, contou-se com amostras de marcas de proveniência identificadas em exemplares raros pertencentes à Biblioteca Rio-Grandense (Rio Grande, RS). **Resultados:** os resultados indicam que a metodologia de BiblioPat permite a descrição sistemática e padronizada das marcas de proveniência em registros bibliográficos. **Conclusões:** conclui-se que a padronização dos procedimentos de descrição de marcas de proveniência nos registros contribui para o aprimoramento da representação bibliográfica, a valorização da materialidade dos exemplares e a preservação da memória das coleções, favorecendo também a recuperação da informação e a pesquisa histórica.

Palavras-chave: BiblioPat; Registros bibliográficos; Marcas de proveniência; Catalogação; Descrição bibliográfica.

Abstract

Objective: To apply the methodology of the French association BiblioPat to standardize and systematize the description of provenance marks in bibliographic records of rare books, aiming to fill the normative gap in the area and enhance the value of bibliographic heritage. **Method:** applied research based on documentary and bibliographic review. For the practical application of the BiblioPat methodology, samples of provenance marks identified in rare copies belonging to the Rio-Grandense Library (Rio Grande, RS, Brazil) were used. **Results:** the results indicate that the BiblioPat methodology allows for the systematic and standardized description of provenance marks in bibliographic records. **Conclusions:** It is concluded that the standardization of procedures for describing provenance marks in records contributes to the improvement of bibliographic representation, the enhancement of the materiality of copies, and the preservation of the memory of collections, also favoring information retrieval and historical research.

Keywords: BiblioPat; Bibliographic records; Provenance marks; Cataloging; Bibliographic description.

1 INTRODUÇÃO

Livros e outros materiais bibliográficos chegam às bibliotecas por meio de compra, doação ou permuta, o que implica que transitam por diferentes instâncias de posse até chegar ao destino. Conhecer a procedência desses itens é uma busca constante e relevante e o seu registro costuma ser uma prática comum no ambiente biblioteconômico. Comprovar seus domicílios anteriores, traçar os caminhos percorridos pelos livros é, também, uma forma importante de resgatar a história da cultura e do livro.

O trabalho aqui apresentado integra um conjunto de investigações que vêm sendo realizadas pelo *Proveniência: grupo de estudos e pesquisas em informação e memória* sobre marcas de proveniência no contexto da Biblioteconomia e da História do Livro. Este estudo teve por objetivo geral analisar e aplicar a metodologia proposta pela associação francesa BiblioPat para a descrição de marcas de proveniência em registros bibliográficos, buscando avaliar seu potencial de sistematização e sua contribuição para a padronização das práticas descritivas no contexto de livros raros e coleções especiais. Com isso, pretende-se contribuir para o

enfrentamento da lacuna normativa e metodológica presente na área, promovendo o aprimoramento da representação bibliográfica e a valorização do patrimônio bibliográfico.

Cabe destacar que marcas de propriedade e marcas de posse constituem uma parcela das marcas de proveniência. Enquanto as marcas de propriedade dizem respeito aos vestígios deixados pelos seus antigos proprietários (donos), as marcas de posse foram produzidas por indivíduos ou instituições que detiveram o item, tais como doadores, patrocinadores, dedicadores, censores, livreiros, leitores, entre outros agentes relacionados à circulação da obra.

As marcas de proveniência vão além de posse ou propriedade e abrangem todo o tipo de sinal ou indício de origem e trajetória de um item, desde marcas intrínsecas à obra, como as marcas de manufatura, como o nome ou logotipo do impressor, ou o nome do ilustrador responsável pelas imagens presentes na obra, ou, ainda, o nome do encadernador, entre outros, até as marcas extrínsecas, ou acrescentadas, como as marcas de uso e circulação.

Observa-se, portanto, que as marcas de proveniência podem apresentar-se sob diferentes formas e suportes, como etiquetas de papel, marcadores de página em couro, encadernações em tecido, carimbos secos ou úmidos, entre outras possibilidades.

Grande parte das imagens e/ou textos que compõem uma marca de propriedade trazem um toque pessoal que reflete a identidade de seu detentor, como aspectos de sua trajetória, origens, interesses e atividades profissionais. Em alguns casos, tais marcas sequer mencionam o nome do proprietário, o que torna a sua identificação um desafio para os profissionais responsáveis por seu registro e descrição.

O registro e a descrição das marcas de proveniência, usualmente realizados na etapa de catalogação, especialmente no tratamento de livros raros e coleções especiais, constituem um aspecto relevante para a representação bibliográfica e para a preservação da memória dos acervos, configurando-se, assim, como justificativa para o presente estudo. Embora existam diretrizes voltadas à descrição de materiais raros, como aquelas presentes em códigos e manuais de catalogação, observa-se que tais orientações ainda são insuficientes no que se

refere à formalização específica das marcas de proveniência. Persistem lacunas quanto à padronização da redação, ao uso de terminologia adequada e à definição da localização dessas informações nos registros. A ausência de normas mais consolidadas e sistematizadas para o tratamento dessas marcas impacta diretamente a consistência dos registros, dificulta a recuperação da informação e limita o potencial de investigação histórica sobre a circulação e a posse dos exemplares, especialmente no contexto de livros raros e coleções especiais.

A pesquisa apresentada neste artigo caracteriza-se como aplicada, uma vez que “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 51). Nesse sentido, o problema de pesquisa consiste na ausência de orientações normativas e de sistematização metodológica para a descrição de marcas de proveniência em registros bibliográficos, especialmente no contexto de livros raros e coleções especiais.

Diante desse cenário, o presente estudo propõe a apresentação e aplicação prática da metodologia desenvolvida pela BiblioPat, entendida como uma alternativa capaz de contribuir para o preenchimento dessa lacuna, especialmente no que se refere à organização e à padronização do registro dessas informações. Para tanto, a construção do aporte teórico fundamentou-se em revisão documental e bibliográfica acerca da temática, tomando como ponto de partida as normas de catalogação voltadas à descrição de livros raros e de coleções especiais.

2 CATALOGAÇÃO E MARCAS DE PROVENIÊNCIA

O catálogo de uma biblioteca constitui o principal canal de comunicação entre o acervo e os seus usuários (Mey, 1995). Por meio do catálogo, localizam-se os itens de interesse conforme as necessidades informacionais dos usuários. Para além de sua função organizacional, o catálogo permite tornar públicas as coleções da biblioteca de forma estruturada, otimizando o tempo de procura por um item e possibilitando ao usuário identificar obras correlatas à sua pesquisa disponíveis no acervo. Nesse contexto, o registro de informações específicas de exemplar, como as marcas de proveniência, amplia o potencial informativo do catálogo ao incorporar

dados que extrapolam a descrição bibliográfica convencional, evidenciando aspectos relacionados à materialidade, à circulação e à história de posse dos itens, além de contribuir para a pesquisa histórica e para a valorização das coleções.

Além disso, o catálogo em si e os seus registros constituem uma rica fonte de informações sobre obras e suas diferentes expressões e manifestações, bem como sobre os itens e suas particularidades, e sobre os agentes de criação ou responsabilidade (pessoas, instituições e/ou famílias).

Ana Virgínia Pinheiro, bibliotecária brasileira especializada no tratamento técnico de livros raros, destaca a importância do catálogo na preservação dos itens. Para a autora, “Catalogar um livro raro é um ato de preservação do bem possuído, porque concede ao ‘dono’ um instrumento de controle e identificação material e intelectual do livro, como continente e conteúdo” (Pinheiro, 2012, p. 2). Tal afirmação evidencia a importância de tratar livros raros como objetos culturais, mapeando suas características materiais (como o suporte físico e as marcas de proveniência), de modo a garantir a pesquisa histórica e a perenidade dos documentos.

Nesse sentido, Rodrigues (2025) corrobora a necessidade de uma catalogação diferenciada para livros raros e coleções especiais, tomando como justificativa:

[...] a necessidade do registro de particularidades e especificidades inerentes a cada exemplar, tendo em vista a relevância dos aspectos materiais do livro, e a necessidade de estabelecer padrões de segurança patrimonial aos itens raros (Rodrigues, 2025, p. 4-5).

Entre essas particularidades, destacam-se elementos como ex-líbris, carimbos, assinaturas, anotações manuscritas, dedicatórias, etiquetas de livrarias, marcas de encadernadores, selos, números de tombo antigos e marcas de leitura, que constituem importantes marcas de proveniência, na medida em que evidenciam aspectos relacionados à posse, à circulação e à historicidade dos exemplares.

As regras de catalogação vigentes no Brasil baseiam-se, prioritariamente, no Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª edição – Revisão 2002 (*Anglo-American Cataloging Rules, 2nd ed. 2002 revision* - ACR2r), publicado em português em 2004. O Código de Catalogação

Anglo-Americano é utilizado no país desde o final da década de 1960, quando foi lançada a sua primeira edição. Trata-se de um conjunto de regras de catalogação de amplo espectro, aplicável a todos os tipos de bibliotecas e voltado à criação de registros dos mais variados materiais. Embora apresente orientações específicas para a descrição de obras em diferentes suportes, por seu caráter genérico não contempla regras próprias para o tratamento de livros raros e coleções especiais.

De acordo com o AACR2r, informações relativas à proveniência podem ser registradas na área das notas. Contudo, o Código não apresenta instruções quanto à forma de redação desse tipo de informação, limitando-se a fornecer alguns poucos exemplos enquadrados nessa categoria.

Nesse contexto, pode-se estabelecer um contraponto entre as regras do AACR2r e o formato MARC 21 bibliográfico. O formato MARC 21 para dados bibliográficos constitui um esquema de metadados, criado originalmente na década de 1960 pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, que permite a leitura e a troca de informações bibliográficas entre sistemas informatizados de bibliotecas.

Enquanto formato de intercâmbio, o MARC 21 posiciona-se, conceitualmente, em nível distinto das regras de catalogação. Por si só, não pode ser considerado uma norma de catalogação, mas opera de forma articulada com essas normas, realizando adequações sempre que necessário, por meio da criação ou exclusão de campos e subcampos descritivos.

No entanto, observa-se no MARC 21 uma variedade e riqueza de exemplos de tipos de notas. Podem ser citados, como campos aplicáveis à descrição de informações de proveniência: 541 – Nota de fonte imediata de aquisição; 561 – Nota de histórico de propriedade e custódia; 562 – Nota de identificação de cópia e versão; 563 – Informação sobre encadernação; e 59X – Notas locais. Este último conjunto de campos destina-se à implementação local, podendo ser configurado conforme as necessidades da instituição. Os campos 590 a 599 ampliam a capacidade de representação de informações específicas de cada exemplar, podendo ser visíveis ao usuário ou restritos. Para ilustrar essa possibilidade, apresenta-se a Figura 1.

Figura 1 – Área das notas do registro bibliográfico de um livro raro

500		\$a Dados retirados da página de rosto. \$a Técnicas de impressão: tipografia. \$a Imagem: Vinheta na página de rosto. \$a Assinaturas: **. \$a Mancha do texto: 15,5 x 8,5 cm Texto em uma coluna, 33 linhas Margens: p.4 (4,5; 2,5; 2,9; 3,5 cm) – p.5 (3,0; 2,3; 4,4; 3,3 cm) 1 capitular muda 7 filetes. \$a Corpo do livro: papel de fibra longa com vergaduras, pontuais e filigranas. \$a Dedicatória: A tous les Coeurs bien nés que la Patrie est chère! (p.2).
506		\$a Consulta exclusiva na biblioteca somente após agendamento prévio.
510	2	\$a CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borda de. Bibliografia da impressão régia no Rio de Janeiro.. \$b 1808-1822. \$c (v.1, 556). \$a CABRAL, Alfredo do Valle. Suplemento aos anais da imprensa nacional. \$b 1808-1823. \$c 468. \$a MORAES, Rubens Borda de. Bibliographia brasiliens. \$b 1504-1900.
515		\$a Página 8 não numerada, mas possui conteúdo textual.
524		\$a Coleção Luiz Camillo de Oliveira Netto. Divisão de Coleções Especiais, Biblioteca Universitária, Universidade Federal de Minas Gerais.
541		\$c Doação \$a Luiz Camillo de Oliveira Netto \$d 1969 \$f Universidade Federal de Minas Gerais.
561		\$a Procedência: exemplar 627139104 integra a coleção Luiz Camillo de Oliveira Netto doada para a UFMG em 1969. \$a Marca de propriedade: carimbo UFMG (nº 2304, data 19/03/1969) manuscritos referentes aos inventários e números de registros escritos com grafite.
563		\$a Encadernação de folhas soltas, século XIX \$3 Dois bifolios. Sem revestimento. Cortes superior, lateral e inferior com testemunhos.
590		\$a Projeto "Tratamento técnico e disponibilização, em meio digital, do Acervo de Obras Raras da Biblioteca Universitária da UFMG". Edital n.008/2002 FAPEMIG. \$8 42 \$a Transcrição fac-símile (página de rosto): ELOGIO / POR / OCCAZIÃO DO FAUSTO, E GLORIOZO / SUCESSO DAS ARMAS PORTUGUE- / ZAS CONTRA OS INSURGENTES / DE PERNAMBUCO , / [versalete] COMPOSTO, E OFFERECIDO / AO MUITO ALTO, E MUITO PODE- / ROZO SENHOR / D. JOÃO VI. / REI DO REINO UNIDO DE PORTU- / GAL, DO BRAZIL, E DOS / ALGARVES. / [versalete] POR SEU REVERENTE, E FIEL VASSALO / [itálico] MANOEL JOAQUIM DA SILVA PORTO. / [filete] / [versalete] SENHOR , Benigno acolhe a tenue Offrenda / De quem no Jugo Teu se honra , e Te adora. / [filete] / [vinheta] / [filete duplo] / RIO DE JANEIRO : / [versalete] NA IMPRESSÃO REGIA : 1817. / [filete] / [itálico] Por Ordem de S. M.
593	5 0	\$a Exemplar acondicionado em envólucro de poliéster. \$c Marcas de dobraduras nos dois bifolios. Rasgos nos cortes superior e inferior.

Fonte: Universidade Federal de Minas Gerais (2026).

A Figura 1 apresenta a área das notas do registro bibliográfico do livro impresso “Elogio por ocasião do fausto, e gloriozo successo das armas portuguezas contra os insurgentes de Pernambuco”, publicado no Rio de Janeiro em 1817, catalogado pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade de Minas Gerais (UFMG).

Na imagem, é possível observar as notas que trazem informações relativas à proveniência do item, nos campos: 500 (dedicatória), 541 (forma de aquisição), 561 (procedência e marcas de propriedade), 563 (encadernação), 590 (histórico na instituição) e 593 (características físicas adicionais). As marcas de proveniência presentes na obra encontram-se detalhadas nos campos 500, 563 e 593. As notas locais utilizadas pelo Sistema de Bibliotecas da UFMG (campos 590 e 593), foram desenvolvidas de acordo com as necessidades da instituição. Ressalta-se que

o campo 593 foi configurado para não ser visualizado pelo usuário na exibição padrão do catálogo.

O registro demonstra, de forma prática, as possibilidades de utilização dos campos 59X segundo as demandas institucionais, bem como as alternativas de registro de informações de proveniência a partir da aplicação de regras de catalogação do AACR2r e do *Descriptive Cataloging of Rare Books* (DCRB)¹.

Dando prosseguimento à trajetória histórica das normas de catalogação, verifica-se que o período de surgimento do AACR foi marcado por efervescência na área. Logo após a publicação do Código, foi lançada a *Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada para materiais monográficos* - ISBD(M), em 1971, como resultado da Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC), realizada dois anos antes, em Copenhague.

A ISBD surgiu com o propósito de padronizar a descrição bibliográfica em nível internacional. A partir de sua primeira edição, foram publicadas versões especializadas conforme a tipologia documental, incluindo a ISBD(*Antiquarian*) - ISBD(A), em 1980, voltada a livros antigos. Após sucessivas atualizações, as ISBD foram unificadas na chamada ISBD Consolidada, publicada em 2011 e revisada em 2021 para contemplar recomendações relativas a materiais manuscritos (Rodrigues, 2025). Importa destacar que as orientações da ISBD foram incorporadas às regras do AACR a partir de sua segunda edição.

Com vistas à elaboração de orientações específicas para a descrição de livros raros, a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos publicou, em 1980, o *Bibliographic Description of Rare Books (BDRB): rules formulated under AACR2 and ISBD(A) for the descriptive cataloging of rare books and other special printed materials*.

Segundo Russell (2003), o surgimento de regras específicas para a representação descritiva de livros raros deve-se principalmente a dois fatores: 1) o desenvolvimento progressivo da

¹ Esta informação pode ser confirmada no artigo de Araújo, Carvalho e Pontelo (2024), onde as autoras relatam sua experiência no tratamento técnico de livros raros na UFMG.

Bibliografia desde o final do século XIX e ao longo do século XX; e 2) o movimento em direção à padronização da catalogação.

Em 1991, ocorre a primeira revisão do BDRB em razão da atualização do AACR2 e da ISBD(A). A publicação recebe novo título: *Descriptive Cataloging of Rare Books* (DCRB) e dessa vez passa a ser editada pela LC em parceria com a Rare Books and Manuscripts Section (RBMS) da Association of College and Research Libraries (ACRL, uma divisão da ALA) (Rodrigues, 2025, p. 9).

A partir dos anos 2000, o DCRB foi novamente revisado e desdobrado em manuais específicos conforme o tipo de material, reunidos sob a denominação *Descriptive Cataloging of Rare Materials* (DCRM): livros – *Descriptive Cataloging of Rare Materials* (Books) – DCRM(B); publicações seriadas – *Descriptive Cataloging of Rare Materials* (Serials) – DCRM(S); manuscritos – *Descriptive Cataloging of Rare Materials* (Manuscripts) – DCRM(MSS); materiais cartográficos – *Descriptive Cataloging of Rare Materials* (Cartographic) – DCRM(C); materiais gráficos – *Descriptive Cataloging of Rare Materials* (Graphics) – DCRM(G); e música – *Descriptive Cataloging of Rare Materials* (Music) – DCRM(M).

No contexto brasileiro, observa-se que os manuais DCRM não foram traduzidos para o português. Ainda assim, é possível identificar sua influência a partir da publicação do *Manual para entrada de dados bibliográficos em formato MARC 21: com ênfase em obras raras e especiais*, elaborado pelas autoras Angélica Ferraz Messina-Ramos, bibliotecária do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Marlene de Fátima Vieira Lopes e Maria Helena Santos, bibliotecárias da UFMG, em 2010 (versão impressa) e 2011 (*e-book*) (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2012). O Manual foi redigido com base nas regras do AACR2r e nas interpretações do DCRB, sendo enriquecido com exemplos práticos de catalogação em formato MARC 21, o que o tornou uma fonte de referência para os catalogadores brasileiros.

O avanço tecnológico das últimas décadas impactou significativamente as bibliotecas e a catalogação. As regras do AACR2r passaram, gradualmente, a revelar limitações frente às demandas contemporâneas, especialmente no que se refere à centralidade do usuário e ao ambiente digital. A publicação da família dos Requisitos Funcionais (FR), no final da década de

1990, culminou na elaboração de um novo código de catalogação: o *Resource Description and Access* (RDA), publicado em 2010.

A chamada “família FR” consiste em três modelos conceituais propostos pela Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA): *Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos* (FRBR), publicado em 1998; *Requisitos Funcionais para Registros de Autoridade* (FRAD), em 2009; e *Requisitos Funcionais para Dados de Assuntos* (FRSAD), em 2010.

Os FRBR surgiram com o objetivo de possibilitar à catalogação contemplar as mudanças tecnológicas que vinham (e vem, ainda) impactando o universo bibliográfico. Além disso, se propõem a simplificar a catalogação descritiva, proporcionar o desenvolvimento de ferramentas que possibilitem catalogar todo e qualquer tipo de documento e fornecem a base conceitual do novo código de catalogação: o RDA, cuja primeira versão foi publicada em 2010 (Rodrigues, 2025, p. 9).

Esses modelos conceituais constituem a base do RDA e foram consolidados, em 2017, no *IFLA Library Reference Model* (IFLA LRM), com vistas à simplificação e à harmonização da estrutura de dados para o ambiente web (IFLA, 2016). O RDA é o padrão atual, enquanto o AACR2r é o padrão presente em muitos catálogos brasileiros.

Embora apresente mudanças significativas em relação ao AACR2r, o RDA mantém seus princípios estruturais e teóricos, a fim de assegurar a compatibilidade com os registros criados sob a norma anterior, possibilitando às bibliotecas uma migração gradual sem a necessidade de conversão retrospectiva de todo o acervo.

Uma das principais características do RDA é que ele foi desenvolvido a partir do AACR2r, pois os desenvolvedores reconheceram que o AACR2r foi um código de catalogação vitorioso, no sentido de que se tornou amplamente utilizado pelo mundo. Além disso, o RDA nasceu da tentativa de atualizar o AACR2r. A ideia inicial era fazer revisões e publicar o AACR3. Entretanto, o *Joint Steering Committee* (JSC) percebeu que as mudanças seriam tão substanciais e tão inovadoras que decidiram propor um novo padrão de catalogação, nascendo assim o RDA (Miranda e Lourenço, 2024, p. 5).

A transição para o novo código de catalogação vem sendo implementada gradualmente por instituições de diversos países desde a sua publicação. Destacam-se como pioneiras a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, a Biblioteca Britânica, a Biblioteca e Arquivos do

Canadá e a Biblioteca Nacional da Austrália (IFLA, 2009). No Brasil, há registros da adoção parcial ou total do RDA pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) e pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) (Miranda e Lourenço, 2024).

Ressalta-se que ainda que o AACR2r seja o padrão mais comum em muitos catálogos brasileiros devido ao grande volume de registros acumulados ao longo das décadas, a transição para o RDA representa uma mudança necessária na forma de organizar os dados: o AACR2r foca principalmente na padronização da escrita e da pontuação das informações, o RDA prioriza as relações entre os elementos. Entende-se que para o estudo de marcas de proveniência, essa mudança é fundamental: ela permite que o exemplar específico (item) seja descrito com mais detalhes e conectado a outros dados na internet, facilitando a recuperação da informação e a pesquisa histórica.

Para acompanhar o novo código, a *Rare Books and Manuscripts Section* (RBMS), responsável pelos manuais DCRM, publicou em 2022 o *Descriptive Cataloging of Rare Materials* (RDA Edition) - DCRMR, uma revisão dos DCRM alinhada às diretrizes do RDA.

No âmbito das novas normas de catalogação, o RDA apresenta instruções para o registro de informações de proveniência como atributos da entidade "item", conforme os modelos conceituais FRBR/LRM. Tais informações são consideradas específicas da cópia e distinguem uma manifestação de outra. O DCRMR ratifica esse entendimento e amplia o número de exemplos a partir da regra 9.4 - Notas sobre o item, incluindo dados relativos à posse e à propriedade, como a presença de carimbos, anotações e etiquetas. Burns (2019) observa, ainda, que o DCRMR expande as instruções do RDA para o registro de informações sobre encadernações.

Constata-se, portanto, que os códigos RDA e DCRMR conferem maior atenção às informações de proveniência. Contudo, orientações específicas quanto à redação e ao uso de terminologia adequada não são objeto central dessas normas. Pinheiro (2012) já alertava para a necessidade de padronização das notas na descrição de livros raros e coleções especiais, visando à salvaguarda do acervo e à “[...] evidenciação de seu significado material e de sua representatividade intelectual” (Pinheiro, 2012, p. 15).

Diante desse cenário, apresenta-se, a seguir, uma síntese da metodologia proposta pela associação francesa BiblioPat para a descrição de marcas de proveniência no registro bibliográfico.

2.1 Metodologia para a descrição de marcas de proveniência desenvolvida por BiblioPat

A BiblioPat é uma associação francesa criada em 2006, caracterizada como uma rede colaborativa voltada a profissionais da informação que atuam com patrimônio bibliográfico, livros raros e coleções especiais. Seu objetivo é promover a disseminação de informações relacionadas à gestão de acervos patrimoniais em bibliotecas, oferecendo aos profissionais envolvidos nesse campo uma plataforma permanente de discussão e troca de experiências sobre suas práticas. A associação mantém uma lista de discussão aberta ao público e um *site* com informações e recursos de acesso livre, alguns dos quais reservados aos seus membros. Além disso, organiza jornadas de estudo anuais e desenvolve ações coletivas voltadas ao aprimoramento das competências de seus participantes nas áreas de preservação, processamento e promoção de acervos patrimoniais. Nesse sentido, busca constituir uma rede ativa, colaborativa e acolhedora, reunindo profissionais independentemente de sua posição hierárquica ou instituição de vínculo, e fomentando conexões e práticas solidárias no campo do patrimônio bibliográfico (BiblioPat, 2026).

A metodologia proposta pela BiblioPat (2014) emerge de um contexto colaborativo de reflexão sobre a descrição e o compartilhamento de dados de proveniência. Bibliotecários e arquivistas, diante da recorrente questão sobre como compartilhar tais dados de forma estruturada, passaram a discutir o tema no âmbito da lista de *e-mails* da associação, especialmente entre os anos de 2012 e 2013. Essas discussões deram origem a uma iniciativa coletiva envolvendo diversas bibliotecas, desenvolvida entre julho de 2013 e janeiro de 2015, com o apoio do Ministério da Cultura francês. Um questionário enviado à lista BiblioPat em setembro de 2013, cujos resultados foram publicados em dezembro do mesmo ano, evidenciou que as dificuldades relacionadas à descrição de marcas de proveniência eram amplamente compartilhadas entre instituições (BiblioPat, 2015; Josserand, 2016).

Como desdobramento dessas iniciativas, BiblioPat desenvolveu uma documentação específica baseada em diferentes recursos já existentes, com o objetivo de constituir um primeiro passo rumo à harmonização das práticas de descrição em nível nacional.

A rede de colaboração da BiblioPat desenvolve-se a partir da participação voluntária de bibliotecários, pesquisadores e demais especialistas interessados no tratamento de acervos raros e patrimoniais. O acesso às suas atividades e conteúdo pode ser realizado por meio de seus canais institucionais, que divulgam eventos, publicações e iniciativas, possibilitando o acompanhamento e a participação de interessados. O próprio *site* da BiblioPat incentiva a colaboração contínua, permitindo contribuições por meio de comentários, formulários de contato e compartilhamento de experiências (BiblioPat, 2026).

A escolha da metodologia proposta pela BiblioPat (2014) justifica-se por sua especificidade e direcionamento ao tratamento de marcas de proveniência, aspecto ainda pouco contemplado de forma sistematizada nas normas tradicionais de catalogação. Ao propor diretrizes para a identificação, descrição e registro dessas marcas, a metodologia contribui diretamente para responder ao problema de pesquisa, oferecendo um modelo estruturado que auxilia na padronização dos registros e na valorização das particularidades dos exemplares, alinhando-se, portanto, aos objetivos do estudo.

Considerando que as orientações originais se encontram em língua francesa, procedeu-se à sua tradução e adaptação terminológica para o contexto das bibliotecas brasileiras.

Esse processo envolveu a interpretação dos conceitos à luz das práticas nacionais de catalogação, buscando preservar o sentido original das diretrizes, ao mesmo tempo em que se adequavam à terminologia técnica utilizada no país, utilizando os termos técnicos presentes no Glossário de Marcas de Proveniência (Rodrigues; Vian, 2025).

Por fim, reconhece-se que as propostas de BiblioPat são dinâmicas e sujeitas a atualizações, podendo ser ajustadas conforme novas demandas e contribuições da comunidade profissional. Embora apresentem limitações, como o número ainda reduzido de exemplos e sua vinculação inicial ao contexto europeu, tais diretrizes são fortalecidas por seu caráter colaborativo, por sua

inserção em debates internacionais e por sua abertura à participação contínua de especialistas, o que reforça sua relevância e confiabilidade como referencial metodológico para o presente estudo.

Neste trabalho, interessa-nos especificamente o documento *Description et signalement des provenances: propositions pour une méthodologie commune*², publicado em 2014, que propõe uma metodologia para a descrição das marcas de proveniência nos registros bibliográficos baseada em quatro aspectos fundamentais, a saber:

- a) o proprietário ou possuidor;
- b) a descrição da marca: incluindo características como formato, cor, tamanho e localização;
- c) a descrição do documento que contém a marca;
- d) a inclusão de imagens da marca, tanto isoladamente, de modo a evidenciar seus detalhes, quanto no contexto da obra em que está inserida.

A seguir descrevem-se cada um dos quatro aspectos mencionados.

2.1.1 O proprietário/possuidor

Diferentes figuras podem ter sido possuidoras ou proprietárias de um item bibliográfico ao longo de sua existência. Identificam-se, por exemplo, as figuras do dedicador³, do dedicatário⁴, do doador⁵, do destinatário⁶ e do patrocinador⁷. Há situações, ainda, em que o proprietário ou possuidor não pode ser identificado.

² BIBLIOPAT. *Description et signalement des provenances: propositions pour une méthodologie commune*. [Paris] : BiblioPat, 2014. Disponível em: <https://www.bibliopat.fr/book/export/html/714>. Acesso em: 18 fev. 2026.

³ Dedicador: “Que ou aquele que dedica” (Dedicador, 2015).

⁴ Dedicatário: “Pessoa à qual uma obra é dedicada” (Faria e Pericão, 2008, p. 354).

⁵ Doador: “Pessoa física ou jurídica que efectua uma doação” (Faria e Pericão, 2008, p. 402).

⁶ Destinatário: “Pessoa física ou jurídica que recebe uma obra gratuitamente, sem ser dedicada. Isso pode estar relacionado a uma remessa ou a um *ex dono*. O proprietário por trás da remessa não é, necessariamente, determinado” (BiblioPat, 2014).

⁷ Patrocinador: “Pessoa ou instituição que subsidia ou encoraja, de outro modo, a produção de uma obra” (Faria e Pericão, 2008, p. 943).

Quando for possível identificar o nome do proprietário ou possuidor, BiblioPat (2014) recomenda que seja estabelecido um ponto de acesso no registro bibliográfico, preferencialmente de forma controlada, respeitando-se as regras de catalogação para a criação de registros de autoridade no catálogo, o que corresponde, no formato MARC 21 Bibliográfico, ao campo 700 (entrada secundária – nome pessoal). No registro bibliográfico, o nome indicado no ponto de acesso deve ser seguido de sua função (por exemplo: “antigo proprietário”).

Segundo BiblioPat (2014), cabe à instituição propor a padronização dos registros de autoridade dos proprietários ou possuidores identificados em suas coleções. Pode-se, por exemplo, elaborar um *checklist* contendo os dados considerados relevantes para a construção desses registros, tais como: nome preferido, formas variantes do nome, datas de nascimento e morte, profissão, locais de nascimento e morte, notas que forneçam informações sobre a marca e, se possível, nota sobre a história da biblioteca e/ou do proprietário ou possuidor. É importante manter a uniformização da redação dessas informações, o que pode ser auxiliado pela criação de um catálogo decisório⁸.

Ao criar registros de autoridade para os proprietários ou possuidores identificados, deve-se considerar que esse conjunto de registros ultrapassa a função de simples identificação e controle de nomes, possibilitando a constituição de um repositório de informações pouco disponíveis em outras fontes, capaz de relacionar obras, marcas e proprietários ou possuidores. O cruzamento desses dados permite, por exemplo, a reconstituição virtual de coleções privadas, favorecendo o conhecimento de aspectos das coleções e de seus antigos detentores até então inexplorados.

Ainda segundo BiblioPat (2014), proprietários ou possuidores não identificados também devem ser registrados. Mesmo quando não for possível sua identificação imediata, pode-se indicar, no registro, a existência da marca (por exemplo: “nome do proprietário ilegível no ex-líbris”). Ao

⁸ Catálogo decisório é o termo utilizado para identificar um instrumento interno de catalogação que documenta as decisões técnicas tomadas pelos catalogadores ao interpretar normas internacionais, como AACR2 ou RDA. Para Mey (1995, p. 103), ele “[...] serve para indicar todas as decisões tomadas quanto à catalogação, de forma a permitir a continuidade do trabalho, mesmo que mudem os responsáveis”.

elaborar esse tipo de nota, assinalando a presença de anotações e marcas, aumenta-se a possibilidade de identificação futura do proprietário ou possuidor.

2.1.2 A descrição da marca

A descrição da marca deve ser realizada de forma minuciosa, atentando-se para cada detalhe observável. Para BiblioPat (2014), devem ser considerados os seguintes aspectos:

- a) tipo de marca: identificar o tipo⁹ de marca (ex-líbris, monograma, assinatura, carimbo etc.);
- b) suporte físico: papel, couro, tecido, pergaminho, metal etc.;
- c) formato: retangular, oval, quadrado, triangular etc.;
- d) composição da marca: presença de cores (preto e branca, colorida, sépia, tons de cinza etc.); existência de moldura (fio simples, fio duplo, ornamentada etc.); presença de divisa; dimensões da marca; identificação do seu criador (nome do gravador, por exemplo);
- e) técnica utilizada: “[...] dourada, estampada a frio, pintada, desenhada, manuscrita, gravada, impressa, em estêncil” (BiblioPat, 2014).
- f) localização física da marca na obra: indicação precisa do local onde a marca se encontra (contracapa, folha de guarda, folha de rosto, verso ou anverso, parte superior ou inferior, lateral esquerda ou direita etc.);
- g) data de criação da marca: “Às vezes é difícil datar uma marca quando o próprio proprietário não registrou uma data. No entanto, é aconselhável fornecer pelo menos um período (século)” (BiblioPat, 2014, tradução nossa).

Com vistas à segurança do acervo, BiblioPat (2014) recomenda que informações que indiquem a localização exata das marcas no exemplar sejam mantidas sob sigilo. Para isso, podem ser

⁹ Para a identificação do tipo de marca, sugere-se consultar o Glossário de Marcas de Proveniência, disponível em: <https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/terms/336>.

criadas notas de acesso restrito no registro bibliográfico, de modo que apenas usuários autorizados tenham acesso a tais dados.

É relevante destacar que o profissional bibliotecário deve sempre buscar equilibrar a segurança patrimonial com o acesso à informação, estabelecendo medidas de segurança ao acervo ao mesmo tempo em que possibilita o acesso e uso dos exemplares. Nesse sentido, o registro das marcas e das demais características materiais dos itens, funcionam como um controle que possibilita identificar o exemplar de forma única, servindo como prova de posse em casos de furto ou tentativa de descaracterização da obra.

Caso essa solução não seja viável, pode-se instituir um catálogo separado, também de acesso restrito, não disponibilizado ao público nem a todos os funcionários da instituição, ficando sob responsabilidade do curador da coleção e da direção da biblioteca. Por sua vez, notas de acesso aberto podem descrever as marcas identificadas sem indicar sua localização exata no volume.

Segundo BiblioPat (2014), é admissível, inclusive, o registro do valor da obra no mercado, acompanhado da data da pesquisa e da fonte consultada, uma vez que essa informação pode auxiliar na determinação do grau de raridade do exemplar.

Destaca-se, ainda, a possibilidade de realizar pesquisas em portais on-line voltados à identificação de marcas de propriedade, nos quais é possível verificar informações complementares, tais como o *Antiguos Posseedores (Provenance)*¹⁰, catálogo espanhol de antigos proprietários de materiais vinculados à *Biblioteca General Histórica* da Universidade de Salamanca; o *Numelyo – Provenance des livres anciens*¹¹, catálogo francês de marcas de proveniência da *Bibliothèque Municipale de Lyon*; o banco de dados de proveniência alemão *Looted Cultural Assets*¹², entre outros. No Brasil, tem-se o *Catálogo de Marcas de Proveniência da Biblioteca Rio-Grandense*¹³ e o *Repositório Signa Amazoniana: marcas de proveniência na Biblioteca*

¹⁰ Disponível em: <https://bibliotecageneralhistorica.usal.es/>.

¹¹ Disponível em: https://numelyo.bm-lyon.fr/collection/BML:BML_06PRV01000COL0001.

¹² Disponível em: <https://www.lootedculturalassets.de/>.

¹³ Disponível em: <https://marcasdeproveniencia.omeka.net/>.

*Mário Ypiranga Monteiro*¹⁴ como exemplos de iniciativas voltadas para o registro de marcas de proveniência.

Em síntese, as marcas de propriedade ou posse de um exemplar devem ser registradas na etapa de catalogação e incorporadas ao registro bibliográfico da obra no catálogo da biblioteca, na área das notas e, quando possível, nos pontos de acesso secundários. Recomenda-se que essas informações sejam organizadas em ordem cronológica crescente, iniciando-se pelo nome do proprietário ou possuidor mais antigo identificado no item.

2.1.3 Descrição do item que contém a marca

O cuidado minucioso dispensado pelo catalogador à descrição das marcas de propriedade encontradas na obra estende-se à descrição do próprio item. Conforme ressalta BiblioPat (2014, tradução nossa): “[...] o proprietário e sua marca não podem ser dissociados do documento que permitiu revelá-lo”.

Nesse sentido, características materiais do item e elementos incorporados após a sua produção devem ser consideradas na descrição. Como exemplo, citam-se informações que detalham características físicas: detalhes de paginação, disposição do texto, características tipográficas, erros de impressão, materiais utilizados na confecção do exemplar, tipo e estilo de encadernação, estado de conservação, entre outros elementos que caracterizam o item; a presença de elementos acrescentados no item após a sua produção: etiquetas, carimbos, assinaturas, dedicatórias, anotações, ex-líbris, capas, sublinhados, marginalia, destaques, marcas diversas produzidas pelo uso ao longo do tempo.

2.1.4 Imagens da marca

Recomenda-se a inclusão de imagens das marcas de proveniência no catálogo, vinculadas ao respectivo registro bibliográfico. Embora nem todas as bibliotecas disponham de recursos para a digitalização integral de seus materiais raros ou especiais, o registro fotográfico das marcas

¹⁴ Disponível em: <https://signa.omeka.net/>.

constitui uma alternativa mais simples e de menor custo, além de contribuir para a segurança do acervo.

BiblioPat (2014) ressalta a necessidade de observar as recomendações técnicas relativas à digitalização de acervos. Nesse sentido, sugere-se a consulta às *Diretrizes para planejamento de digitalização de livros raros e coleções especiais*¹⁵, elaboradas pela Seção de Livros Raros e Coleções Especiais da IFLA, publicadas em 2015.

Segundo BiblioPat (2014), mesmo quando não for possível vincular imagens diretamente ao registro bibliográfico, é fundamental produzir registros fotográficos para uso interno da biblioteca, contemplando, ao menos: a) uma imagem que apresente uma visão geral da página onde se encontra a marca; b) uma imagem que mostre a marca em seu contexto; c) uma ou mais imagens em detalhe da marca.

Caso não seja possível estabelecer vínculos diretos entre as imagens e o registro bibliográfico no próprio servidor da instituição, podem ser criados *links* no catálogo para um servidor externo destinado ao armazenamento das imagens. Existem plataformas gratuitas para compartilhamento de imagens, no entanto, pode-se mencionar, ainda, a implementação de repositórios institucionais ou plataformas de preservação digital para a criação de bancos de imagens digitais de marcas de proveniência, utilizando recursos como Omeka¹⁶ e Tainacan¹⁷, por exemplo. Em ambientes acadêmicos e patrimoniais, tais infraestruturas tendem a oferecer maior confiabilidade, padronização e sustentabilidade para o armazenamento e o acesso às imagens.

¹⁵ IFLA. Seção de Livros Raros e Coleções Especiais. **Diretrizes para planejamento de digitalização de livros raros e coleções especiais**. [The Hague]: IFLA, 2015. Disponível em:

<https://repository.ifla.org/rest/api/core/bitstreams/f92fd406-dacc-426f-92ff-e4af8b8f42d5/content>.

Acesso em: 23 fev. 2026.

¹⁶ Disponível em: <https://omeka.org/>.

¹⁷ Disponível em: <https://tainacan.org/>.

3 DESCRIÇÃO DE MARCAS DE PROVENIÊNCIA DE ACORDO COM A METODOLOGIA DE BIBLIOPAT

A descrição bibliográfica de obras raras e coleções especiais é realizada de forma exaustiva pela maioria das bibliotecas. Coq (2012, p. 70-79, tradução nossa), enfatiza a relevância da individualização de cada exemplar no catálogo:

Depois de ter notado as características comuns de todas as cópias da mesma edição, é necessário abordar as peculiaridades da cópia que se tem em mãos. Por muito tempo negligenciados pelos bibliotecários, esses dados são algumas vezes os mais interessantes para o pesquisador. Registrados sistematicamente, esses dados "locais" para rastrear o histórico de uma cópia muitas vezes fornecem informações valiosas sobre o fundo ao qual pertencem.

Identificar e registrar detalhadamente as marcas de proveniência presentes em um exemplar constitui elemento fundamental da descrição bibliográfica dos itens do acervo. Alinhada ao objetivo deste estudo, a seção seguinte ilustra a aplicação da metodologia de BiblioPat por meio de exemplos práticos de catalogação desses elementos.

Os exemplares selecionados pertencem ao acervo raro da Biblioteca Rio-Grandense, importante instituição cultural gaúcha localizada na cidade do Rio Grande (RS).

Fundada originalmente como um gabinete de leitura, em 1846, a instituição abriga um acervo de mais de 500 mil itens, incluindo não apenas materiais bibliográficos como livros e jornais, mas também mapas, materiais audiovisuais, peças e artefatos históricos. A biblioteca possui um acervo raro e riquíssimo, com itens que datam do século XVI ao século XXI. Conta com uma coleção de jornais antigos de significativa importância para pesquisadores da história do Rio Grande do Sul, assim como uma coleção de livros sobre as mais variadas temáticas. O acervo e o prédio da Biblioteca Rio-Grandense são tombados como patrimônio histórico e cultural do Estado e do município, através da Lei estadual nº 12.508, de 29 de maio de 2006, e do Decreto municipal nº 17.030, de 9 de março de 2020, respectivamente (Biblioteca Rio-Grandense, [2026]).

As descrições apresentadas foram elaboradas pelas autoras, considerando que as obras raras da Biblioteca Rio-Grandense possuem apenas registros em catálogo manual (fichas), sem inclusão no sistema on-line da instituição. A seleção dos exemplares e das marcas ocorreu de

forma intencional pelas pesquisadoras, com o objetivo de contemplar uma ampla variedade de marcas para o enriquecimento do estudo; nesse processo, optou-se por desconsiderar outras marcas encontradas nos volumes que não atendiam aos critérios da pesquisa. Ressalta-se, por fim, que a utilização das imagens contou com a devida autorização institucional.

3.1 Exemplos de descrição de ex-líbris, carimbo e dedicatória

As Figuras 2 e 3 apresentam, respectivamente, o ex-líbris e o carimbo de Solidônio Attico Leite¹⁸. Ambas as marcas foram encontradas no livro “Chronographia; ou, Reportorio dos tempos: o mais copioso que te agora sayo a luz”, de André do Avelar, publicado em Lisboa, em 1602.

Figura 2 - Ex-líbris de Solidônio Leite presente no livro “Chronographia; ou, Reportorio dos tempos” (1602)



Fonte: Biblioteca Rio-Grandense (2026).

¹⁸ “Solidônio Attico Leite (Vila Bela, Serra Talhada, 30 de janeiro de 1867 – Rio de Janeiro, 1930) foi um advogado, filólogo e intelectual brasileiro, patrono de uma cadeira da Academia Brasileira de Filologia e da cadeira 27 da Academia Serratalhadense de Letras. Foi um dos pais do Código Civil Brasileiro de 1916” (Solidônio Leite, 2023).

Figura 3 – Carimbo de Solidônio Leite presente no livro “Chronographia; ou, Reportorio dos tempos” (1602)



Fonte: Biblioteca Rio-Grandense (2026).

Com base nas orientações de BiblioPat (2014), apresenta-se, no Quadro 1, a descrição dessas marcas de propriedade, a ser inserida na área das notas do registro bibliográfico, seguida da respectiva entrada secundária, em formato MARC 21 bibliográfico.

Quadro 1 – Descrição do ex-líbris e carimbo presentes no livro “Chronographia; ou, Repertório dos tempos” (1602)

Campo	Indicadores		Subcampo	Descrição
	1	2		
561	1	#	\$a	Proprietário anterior: Solidônio Attico Leite.
590	#	#	\$a	Ex-líbris: “Solidônio Leite”; papel branco; retangular; gravação em preto e branco; tema misto (imagem representa árvore e livros); divisa: "Animi Alimentum"; data provável de criação: 1920-1930; dimensões: 8,5 x 6 cm. Localização no exemplar: centro da guarda dianteira.



590	#	#	\$a	Carimbo úmido: “Solidônio Leite”; tema misto (imagem representa duas faixas entrelaçadas e arabesco); divisa: “Animi Alimentum”; local: Rio de Janeiro; data provável de criação: 1920-1930, dimensões aproximadas: 6 x 4 cm. Localização no exemplar: verso da guarda volante dianteira, ao centro.
700	1	#	\$a	Leite, Solidônio Attico,
			\$d	1867-1930
			\$e	Proprietário anterior

Fonte: elaborado pelas autoras (2026).

Observa-se que o campo 561 – Nota de origem, pode ser configurado como visível ou restrito no catálogo. Para BiblioPat, determinadas informações, especialmente aquelas que indicam a localização exata das marcas no exemplar, poderão ser mantidas sob sigilo no catálogo.

Os indicadores do campo determinam a disponibilidade da informação ao usuário:

Primeiro Indicador – Privacidade

– Nenhuma informação fornecida (usado quando nenhuma informação é fornecida quanto à privacidade do conteúdo do campo).

0 – Privado (o campo contém informações privadas).

1 – Não privado (nenhuma informação privada no campo).

Segundo indicador – Indefinido (contém um espaço em branco – #) (LIBRARY OF CONGRESS, 2025).

Quanto ao campo 59X – Notas locais, convencionou-se, nos exemplos citados, a utilização do campo 590 para informações relativas aos exemplares pertencentes à instituição, levando em conta a flexibilidade na descrição textual detalhada exigida pela metodologia BiblioPat. Além disso, o campo permite reunir dados físicos e contextuais em um único bloco de notas local e,

também, pode ser configurado como de acesso restrito ou não, conforme critérios institucionais.

No que se refere à descrição das marcas, recomenda-se a elaboração de uma nota para cada marca identificada. O campo 561, por se tratar de campo de notas, não possui estrutura fixa e é considerado um campo textual abrangente. Caso a instituição opte por uma descrição estruturada, com possibilidade de cruzamento entre registros, pode-se empregar o campo 361 – Histórico estruturado de propriedade e custódia¹⁹, o qual também pode ser configurado como visível ou restrito, conforme as necessidades locais, conforme exemplifica o Quadro 2.

Quadro 2 – Descrição de propriedade no campo 361 do MARC 21

Indicadores		Subcampo	Descrição
1	2		
1	#	\$o	Antiga propriedade:
		\$a	Leite, Solidônio Attico, 1867-1930.
		\$x	Proveniência verificada por meio das marcas (carimbo e ex-líbris) presentes no exemplar.

Fonte: elaborado pelas autoras (2026).

Os indicadores do campo determinam a disponibilidade da informação ao usuário.

Primeiro Indicador – Privacidade

– Nenhuma informação fornecida (usado quando nenhuma informação é fornecida quanto à privacidade do conteúdo do campo).

0 – Privado (o campo contém informações privadas).

1 – Não privado (nenhuma informação privada no campo).

¹⁹ Mais informações sobre o campo 361 podem ser encontradas diretamente no site do Formato MARC 21 Bibliográfico, em <https://www.loc.gov/marc/bibliographic/bd361.html>.

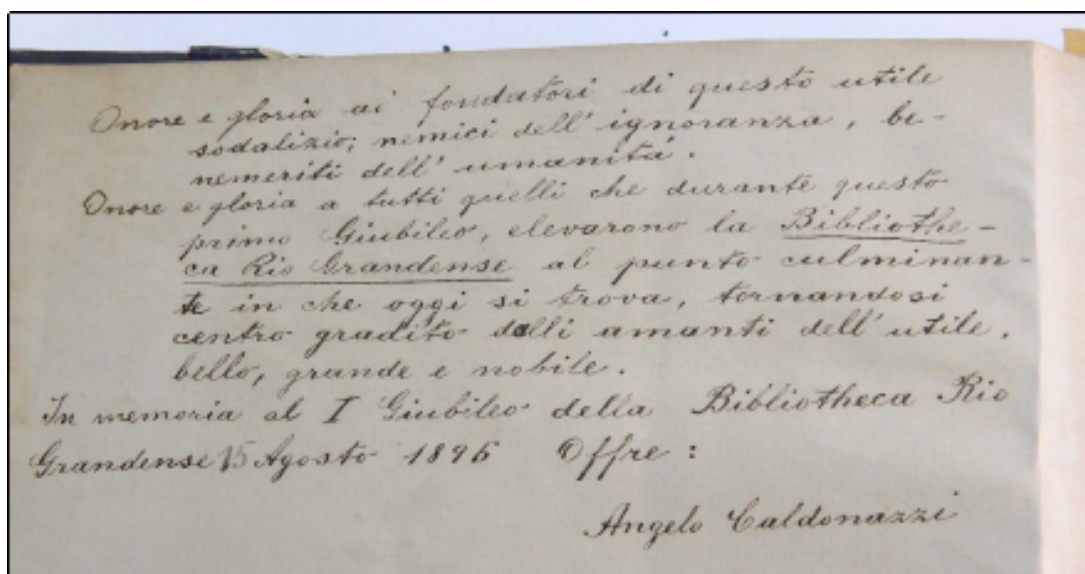
Segundo indicador - Indefinido (contém um espaço em branco - #) (Library of Congress, 2025).

Os subcampos utilizados no campo e a ordem de exibição deles ficam a critério da instituição catalogadora. No exemplo, fez-se uso dos seguintes subcampos: \$o Tipo de propriedade e informação de histórico de custódia; \$a Nome; \$x Nota não pública.

Conforme as orientações da BiblioPat (2014), além da descrição das marcas propriamente ditas, faz-se necessária a descrição pormenorizada do exemplar que as contém, segundo as diretrizes locais e as normas de catalogação vigentes. Ademais, recomenda-se a inclusão de imagens sempre que possível: ao menos uma imagem da página completa em que se encontra a marca e outra da marca em detalhe.

A Figura 4 apresenta uma dedicatória manuscrita, identificada no livro “La divina commedia”, de Dante Alighieri, publicado em Milão, em 1887.

Figura 4 – Dedicatória manuscrita presente no livro “La divina commedia” (1887)



Fonte: Biblioteca Rio-Grandense (2026).

A descrição dessa marca, elaborada de acordo com as orientações da BiblioPat (2014), encontra-se apresentada no Quadro 3.

Quadro 3 - Descrição da dedicatória presente no livro “La divina comedia” (1887)

Campo	Indicadores		Subcampo	Descrição
	1	2		
541	1	#	\$c	Doação:
			\$a	Angelo Caldonazzi,
			\$d	1896.
590	#	#	\$a	Dedicatória manuscrita a tinta preta: “Angelo Cardonazzi”; contém a inscrição: “Onore e gloria ai fondatori di questo utile sodalizio; nemici dell’ ignoranza, benemeriti dell’ umanità. Onore e gloria a tutti quelli che durante questo primo Giubileo, elevarono la Bibliotheca Rio Grandense al punto culminante in che oggi si trova, tornandosi centro gradito dalli amanti dell’utile, bello, grande e nobile. In memoria al I Giubileo della Bibliotheca Rio Grandense 15 agosto 1896 Offre: Angelo Caldonazzi”. Localização no exemplar: falsa folha de rosto.
700	1	#	\$a	Caldonazzi, Angelo
			\$e	Doador

Fonte: elaborado pelas autoras (2026).

Nesse exemplo, utilizou-se o campo 541 - Nota de fonte imediata de aquisição para indicar a forma de aquisição do item, incluindo o nome do doador e a data da doação. Esse campo também permite a configuração da privacidade das informações por meio do primeiro indicador.

O campo 590 apresenta o detalhamento da marca, elaborado segundo as orientações de BiblioPat (2014). O campo 700 - Entrada secundária de nome pessoal foi empregado para registrar o ponto de acesso referente ao doador do exemplar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um catálogo consistente é fundamental para assegurar a localização rápida, precisa e eficiente dos materiais disponíveis em uma biblioteca. Além disso, sua consistência contribui para a ampliação da visibilidade das coleções e pode atuar como instrumento de salvaguarda do acervo. Nesse sentido, a partir do estudo realizado, considera-se que a aplicação prática da metodologia de BiblioPat mostrou-se uma alternativa eficaz para a organização e a padronização do registro de informações de proveniência nos registros bibliográficos, contribuindo para o enriquecimento do catálogo e, em última instância, para a salvaguarda do acervo, uma vez que o detalhamento de informações relativas à proveniência individualiza os itens da biblioteca.

Este trabalho teve como propósito apresentar e aplicar, de forma prática, as recomendações de BiblioPat (2014) para a descrição de marcas de proveniência em registros bibliográficos a partir de exemplares raros pertencentes à Biblioteca Rio-Grandense. Nesse sentido, considera-se que o objetivo proposto foi alcançado, uma vez que foram apresentados exemplos de aplicação da metodologia na descrição de três diferentes tipos de marcas de proveniência: ex-líbris, carimbo e dedicatória, em formato MARC 21 Bibliográfico.

Para além das marcas produzidas por antigos proprietários e possuidores, reitera-se a recomendação da Biblioteca Nacional brasileira quanto ao uso do carimbo institucional de identificação de propriedade em páginas previamente definidas pela própria biblioteca, conforme especifica a Instrução de Serviço FBN nº 06 de 08/11/2016 – Normas para registro patrimonial de acervo e atribuição de marca de propriedade. Ressalta-se que esse tipo de informação deve ser mantido sob acesso restrito, o que vai ao encontro das recomendações de BiblioPat (2014), sendo passível de realização por meio da configuração de exibição ou não de campos MARC na versão pública do catálogo. Destaca-se, ainda, que tal medida contribui para a recuperação e para a comprovação da posse do item por determinada instituição em casos de extravio ou roubo.

O trabalho aqui apresentado constitui uma contribuição inicial às pesquisas sobre marcas de proveniência no contexto da Biblioteconomia, especialmente na aplicação prática da metodologia BiblioPat ao contexto de catalogação de exemplares raros. Trata-se de um campo ainda em desenvolvimento, no qual há amplo espaço para aprofundamentos teóricos, metodológicos e normativos, especialmente no cenário brasileiro.

Como possíveis abordagens futuras, sugere-se a realização de estudos comparativos entre normas de catalogação, ou, ainda, o desenvolvimento de diretrizes nacionais que orientem a catalogação de materiais raros.

Espera-se que os resultados apresentados possam subsidiar novas investigações e estimular a padronização de práticas voltadas ao registro e à descrição dessas informações nos catálogos bibliográficos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Diná Marques Pereira; CARVALHO, Wellington Marçal de; PONTELO, Anália das Graças Gandini. Livros raros e descrição bibliográfica: considerações sobre capacitação profissional no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais. **Código 31**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 28-39, jul./dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.70493/cod31.v2i2.9803>.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. RBMS Bibliographic Standards Committee. **Descriptive cataloging of rare materials**: RDA edition. [S. l.]: RBMS RDA Editorial Group, 2022. Disponível em: <https://bsc.rbms.info/>. Acesso em: 18 fev. 2026.

BIBLIOPAT. **Description et signalement des provenances**: propositions pour une méthodologie commune. [Paris] : BiblioPat, 2014. Disponível em: <https://www.bibliopat.fr/book/export/html/714>. Acesso em: 18 fev. 2026.

BIBLIOPAT. **L'Association**. Paris : BiblioPat, 2026. Disponível em: <https://www.bibliopat.fr/lassociation>. Acesso em: 23 fev. 2026.

BIBLIOPAT. **Provenances - Introduction**. Paris : BiblioPat, 2015. Disponível em: <https://www.bibliopat.fr/provenances-introduction>. Acesso em: 24 abr. 2026.

BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE. **Catálogo de marcas de proveniência**. Rio Grande, RS : [s. n.], 2026. Disponível em: <https://marcasdeproveniencia.omeka.net/>. Acesso em: 23 fev. 2026.

BURNS, Mary. RDA and rare books cataloging, part 2. **Library Resources & Technical Services**, v. 63, n. 1, p. 4-28, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5860/lrts.63n1.4>. Acesso em: 20 fev. 2026.

COQ, Dominique. Les livres anciens: formats, cahiers, signatures, page de titre, fausses adresses, colophon et toutes ces sortes de choses... In: COQ, Dominique (Dir). **Apprendre à gérer des collections patrimoniales en bibliothèque**. Villeurbanne : Presses de l'Encib, 2012. Disponível em: <https://books.openedition.org/pressesenssib/659>. Acesso em: 18 fev. 2026.

DEDICADOR. In: MICHAELIS: dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/dedicador/>. Acesso em: 21 fev. 2026.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico**. Coimbra: Almedina, 2008.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Instrução de serviço FBN nº 06 de 08/11/2016: normas para registro patrimonial de acervo e atribuição de marca de propriedade**. [Rio de Janeiro]: Fundação Biblioteca Nacional, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/producao/documentos/downloads/instrucao-de-servico-2016-num-06-procedimentos-de-registro-e-identificacao-de-acervo-1.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2026.

IFLA. **World-wide review of the FRBR-Library Reference Model, a consolidation of the FRBR, FRAD and FRSAD conceptual models**. [The Hague]: IFLA, 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/news/world-wide-review-of-the-frbr-library-reference-model-a-consolidation-of-the-frbr-frad-and-frsad-conceptual-models/>. Acesso em: 20 fev. 2026.

IFLA. Seção de Livros Raros e Coleções Especiais. **Diretrizes para planejamento de digitalização de livros raros e coleções especiais**. [The Hague]: IFLA, 2015. Disponível em: <https://repository.ifla.org/rest/api/core/bitstreams/f92fd406-dacc-426f-92ff-e4af8b8f42d5/content>. Acesso em: 23 fev. 2026.

JOSSERAND, Claire. Les données de provenance des collections des bibliothèques. **Mémoire d'étude**, Villeurbanne, p. 4-147, janvier 2016. Disponível em: https://www.bibliopat.fr/sites/default/files/provenances/memoire_dcb_claire_josserand_2016.pdf. Acesso em: 24 abr. 2026.

LIBRARY OF CONGRESS. **MARC 21 format for bibliographic data**. Washington, DC : Library of Congress, 2025. Disponível em: <https://www.loc.gov/marc/bibliographic>. Acesso em: 21 fev. 2026.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução à catalogação**. Brasília, DF : Briquet de Lemos Livros, 1995.

MIRANDA, Daniel Rodrigues Silva; LOURENÇO, Cíntia de Azevedo. RDA: recomendações de implementação no Brasil. **Biblios**, Lima, n. 87, p. 1-26, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5195/biblios.2024.1185>. Acesso em: 20 fev. 2026.

PINHEIRO, Ana Virgínia. Catalogação de livros raros: proposta de metodologia de formalização de notas especiais para difusão, recuperação e salvaguarda. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGAÇÃO, 1., 2012, Rio de Janeiro; ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO, 3., 2012, Rio de Janeiro. **Trabalhos apresentados**. Rio de Janeiro: BN, 2012. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/109278012/Catalogacao-de-livros-raros-proposta-de-metodologia-de-formalizacao-de-notas-especiais-para-difusao-recuperacao-e-salvaguarda>. Acesso em: 18 fev. 2026.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Universidade FEEVALE, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2026.

RODRIGUES, Marcia Carvalho. Normas para a catalogação de livros raros: evolução histórica e perspectivas atuais a partir do surgimento do RDA. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 30, Fluxo Contínuo, e-55659, 2025. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/55659>. Acesso em: 18 fev. 2026.

RODRIGUES, Marcia Carvalho; VIAN, Alissa Esperon. **Glossário de marcas de proveniência**. [Porto Alegre] : Thesa/UFRGS, 2025. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/terms/336>. Acesso em: 18 fev. 2026.

SOLIDÔNIO LEITE. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Solid%C3%B4nio_Leite. Acesso em: 22 fev. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Sistema de Bibliotecas. Catálogo. **Dados do Acervo - Folhetos**. [Belo Horizonte] : UFMG, 2026. Disponível em: <https://catalogobiblioteca.ufmg.br/acervo/374233/>. Acesso em: 20 fev. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Sistema de Bibliotecas. Assessoria de Comunicação. **Manual para catalogação de obras raras está disponível para download**. [Belo Horizonte] : UFMG, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/023711.shtml>. Acesso em: 21 fev. 2026.

NOTAS E CRÉDITOS DO ARTIGO

Agradecimentos: Biblioteca Rio-Grandense.

Financiamento: não se aplica.

Conflitos de interesse: não se aplica.

Aprovação ética: não se aplica.

Manuscrito publicado como preprint: não se aplica.

Contribuições dos autores:

Contribuição	Rodrigues, M. C.	Vian, A. E.
Concepção do estudo	X	X
Conceitualização	X	X
Metodologia	X	X
Coleta de dados / investigação	X	X
Curadoria de dados	X	X
Análise dos dados	X	X
Discussão dos resultados	X	X
Visualização (gráficos, tabelas e outros)	X	X
Rascunho original	X	X
Revisão e edição final	X	X
Supervisão e administração	Não se aplica	

Publicador

Universidade Federal de Lavras (UFLA). As ideias expressas neste artigo são de responsabilidade de sua autoria, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.